

 www.epamig.br

 @epamigoficial

 EPAMIG Oficial

 @epamig

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO da EPAMIG 2021



AGRICULTURA,
PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Governo de Minas Gerais

RELATÓRIO
DEMONSTRATIVO FINANCEIRO
2021

Belo Horizonte
2022

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Romeu Zema Neto
Governador

Paulo Eduardo Rocha Brant
Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Ana Maria Soares Valentini
Secretária

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
DE MINAS GERAIS - EPAMIG
DIRETORIA-EXECUTIVA

Nilda de Fátima Ferreira Soares
Diretora-Presidente

Trazilbo José de Paula Júnior
Diretor de Operações Técnicas

Leonardo Brumano Kalil
Diretor de Administração e Finanças

COORDENAÇÃO

Polliette Alciléia Leite
Chefe Departamento de Gestão e Finanças

PRODUÇÃO

Luciana Paula Xavier Ribeiro
Chefe da Divisão Contábil

CAPA

Fabriciano Chaves Amaral
Chefe da Divisão de Produção Editorial

MONTAGEM

Ítalo Mosci Santiago
Assessor Técnico

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório de Demonstrações Financeiras da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG, referente ao exercício 2021, elaborado em consonância com a Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/1976, com as alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007, 11.941/2009, 14.030/2020 e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC , Lei 12.973/2014 e Disposições da Lei 13.303/2016, às quais julgamos suficientes para demonstrar aos nossos mantenedores, aos órgãos federais, estaduais e municipais, à sociedade e aos clientes o desempenho da Empresa, compreendendo:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado dos Exercícios
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
- Parecer da Auditoria Externa
- Parecer do Conselho Fiscal

Os registros dos fatos contábeis basearam-se em documentação hábil, que se encontra em nossos arquivos, à disposição daqueles que, devidamente credenciados, queiram examiná-la.

Nilda de Fátima Ferreira Soares

Presidente

QUADRO 1 - BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	2021	2020	PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE		39.489.920,36	37.526.873,51	PASSIVO CIRCULANTE		22.369.100,83	25.377.448,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	20.057.224,90	19.122.069,65	Fornecedores		439.074,28	1.138.027,56
Clientes	4	438.094,48	748.612,14	Salários e Encargos a Pagar	9	5.504.444,84	5.540.280,75
Contas a Receber do Tesouro Estadual	4	0,00	156.517,41	Impostos e Contribuições a Recolher	10	2.038.794,56	1.942.728,05
Recursos a Receber do Estado - CERES	7	1.397.946,32	1.308.991,28	Obrigações Trabalhistas	9	8.335.497,31	8.182.089,69
Estoques	5	15.473.969,05	13.973.549,98	Outras Provisões - CERES	15	1.397.946,32	1.308.991,28
Adiantamentos		1.120.172,71	1.048.888,57	Credores por Convênios	11	3.530.146,73	6.398.747,60
Impostos a Recuperar /Compensar		685.271,96	727.894,42	Parcelamentos INSS / FNDE / SRF	12	0,00	0,00
Despesas Antecipadas		269.460,90	427.373,60	Adiantamentos de Clientes		238.979,06	295.453,11
Outros Ativos	6	47.780,04	12.976,46	Outros Passivos	13	884.217,73	571.130,24
ATIVO NÃO CIRCULANTE		10.571.772,30	11.927.097,67	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		16.177.540,55	17.569.433,10
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>3.519.621,40</u>	<u>4.690.064,34</u>	<u>Exigível a Longo Prazo</u>		<u>16.177.540,55</u>	<u>17.569.433,10</u>
Depósitos Judiciais / Recursais		490.737,79	544.925,34	Provisões Contingenciais	14	13.148.656,94	13.424.294,10
Empréstimos Compulsórios		0,00	0,00	Outras Provisões - CERES	15	3.028.883,61	4.145.139,00
Recursos a Receber do Estado - CERES	7	3.028.883,61	4.145.139,00				
<u>Investimentos</u>		<u>7.863,48</u>	<u>18.638,96</u>				
Investimentos		7.863,48	18.638,96				
<u>Imobilizado</u>		<u>7.044.012,49</u>	<u>7.211.924,88</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.515.051,28	6.507.089,80
Imobilizado	8	38.718.376,25	38.189.491,67	Capital social	16	31.600.000,00	31.600.000,00
(-)Depreciação Acumulada		-31.674.363,76	-30.977.566,79	Reservas de Capital		28.254,16	28.254,16
<u>Intangível</u>		<u>274,93</u>	<u>6.469,49</u>	Reservas de Lucros	17	12.245.680,13	12.245.680,13
Intangível		274,93	92.271,66	Prejuízos Acumulados		-32.358.883,01	-37.366.844,49
(-)Amortização Acumulada		0,00	-85.802,17				
TOTAL DO ATIVO		50.061.692,66	49.453.971,18	TOTAL DO PASSIVO		50.061.692,66	49.453.971,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	NOTA EXPLICATIVA	2021	2020
Receita De Vendas de Produtos e Serviços		10.303.401,36	7.532.202,51
(-) Devoluções e Descontos sobre Vendas		-55.836,16	-57.974,10
(-) Impostos incidentes s/vendas		-613.348,59	-492.245,79
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	9.634.216,61	6.981.982,62
(-) Custo de Mercadorias e Serviços Vendidos	19	-7.663.075,91	-6.582.980,08
(=) LUCRO BRUTO		1.971.140,70	399.002,54
<u>Outras Receitas e Despesas</u>		<u>4.141.908,54</u>	<u>4.028.215,84</u>
Despesas com Vendas		-208.405,75	-601.023,11
Despesas Gerais e Administrativas	20	-95.604.264,59	-97.211.518,70
Contingências Trabalhistas e Cíveis		275.637,16	-551.075,83
Outras Receitas Operacionais	21	102.858.048,11	103.632.688,96
Outras Despesas Operacionais	22	-3.179.106,39	-1.240.855,48
(=) RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		6.113.049,24	4.427.218,38
<u>Resultado Financeiro Líquido</u>		<u>289.309,90</u>	<u>100.976,42</u>
Receitas Financeiras		374.279,11	155.363,90
Despesas Financeiras		-84.969,21	-54.387,48
(=) LUCRO OPERACIONAL		6.402.359,14	4.528.194,80
<u>Outras Receitas e Despesas não Operacionais</u>		<u>-6.194,55</u>	<u>-1.230,66</u>
Ganhos e/ou Perdas no Imobilizado/Intangível		-6.194,55	-1.230,66
Receita da Venda de Sucata		0,00	0,00
(=) RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		6.396.164,59	4.526.964,14
<u>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</u>		<u>-1.388.203,11</u>	<u>-1.143.591,64</u>
IRPJ Corrente		-999.545,52	-820.917,09
CSLL Corrente		-388.657,59	-322.674,55
(=) LUCRO E/OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.007.961,48	3.383.372,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 3 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PL
SALDOS EM 31/12/2019	31.600.000,00	28.254,16	12.027.937,44	-40.532.474,30	3.123.717,30
Ajuste Exercícios Anteriores - Retificação de Erros	-	-	-	0,00	0,00
Doações do Poder Público	-	-	217.742,69	-217.742,69	0,00
Lucro Líquido do Período	-	-	-	3.383.372,50	3.383.372,50
SALDOS EM 31/12/2020	31.600.000,00	28.254,16	12.245.680,13	-37.366.844,49	6.507.089,80
Ajuste Exercícios Anteriores - Retificação de Erros	-	-	-	0,00	0,00
Doações do Poder Público	-	-	0,00	0,00	0,00
Lucro Líquido do Período	-	-	-	5.007.961,48	5.007.961,48
SALDOS EM 31/12/2021	31.600.000,00	28.254,16	12.245.680,13	-32.358.883,01	11.515.051,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 4 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO E/OU PREJUÍZO LÍQUIDO	5.007.961,48	3.383.372,50
+ DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES APROPRIADAS	604.800,25	962.297,13
+ PERDA NA VENDA DE IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	6.194,55	1.230,66
(-) GANHO NA VENDA DE IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	0,00	0,00
Variação de Clientes	310.517,66	717.959,39
Variação de Contas a Receber do Tesouro Estadual	156.517,41	-156.517,41
Variação de Recursos a Receber do Estado - CERES	-88.955,04	-83.699,60
Variação de Estoques	-1.500.419,07	-3.222.161,98
Variação de Adiantamentos	-71.284,14	150.223,36
Variação de IR/CS Pagos por Estimativa	0,00	0,00
Variação de Impostos Retidos na Fonte	42.622,46	627.071,42
Variação de Despesas Antecipadas	157.912,70	-89.398,67
Variação de Outros Ativos	-34.803,58	123.740,99
Variação de Fornecedores	-698.953,28	-228.579,87
Variação de Salários a Pagar	-35.835,91	-376.494,55
Variação de Impostos e Contribuições a Recolher	96.066,51	397.561,15
Variação de Obrigações Trabalhistas	153.407,62	-1.643.810,40
Variação de Outras Provisões - CERES	88.955,04	83.699,60
Variação de Credores por Convênios	-2.868.600,87	-168.863,48
Variação de Parcelamentos INSS / FNDE / SRF	0,00	0,00
Variação de Adiantamentos de Clientes	-56.474,05	-52.296,04
Variação de Outros Passivos Circulantes	313.087,49	-851.867,04
= CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.582.717,23	-426.532,84
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Variação de Depósitos judiciais	54.187,55	-297,10
Variação de Empréstimos Compulsórios	0,00	0,00
Variação de Recursos a Receber do Estado - CERES	1.116.255,39	960.242,99
Variação de Investimentos	10.775,48	0,00
+ Venda de Ativo Imobilizado e Intangível	0,00	0,00
(-) Aquisição de Imobilizado e Intangível	-436.887,85	-343.446,04
= CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	744.330,57	616.499,85
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variação de Provisões Contingenciais	-275.637,16	551.075,83
Variação de Outras Provisões - CERES	-1.116.255,39	-960.242,99
Variação de Parcelamentos INSS / FNDE / SRF	0,00	0,00
Variação de Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Variação de Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
= CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-1.391.892,55	-409.167,16
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	19.122.069,65	19.341.269,80
+ VARIAÇÃO DO CAIXA NO PERÍODO	935.155,25	-219.200,15
= SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	20.057.224,90	19.122.069,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG, foi constituída pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, através da Lei Estadual nº 6.310, de 08 de maio de 1974, e possui Estatuto Social aprovado pelo Decreto Estadual nº 48.191, de 14 de maio de 2021, como Empresa Pública, sob a forma de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA e organizada nos termos do referido Decreto.

A EPAMIG é o principal instrumento do Governo do Estado de Minas Gerais na execução do plano de desenvolvimento agropecuário do Estado, promovendo; estimulando; supervisionando e fomentando as atividades de pesquisa agropecuária e agroindustrial, de experimentação e de inovação tecnológica no sistema agropecuário mineiro atuando como extensão das atividades do Governo do Estado de Minas Gerais, no contexto de sua política de agronegócio, detendo 99,99% do seu capital social, e assegura a continuidade normal de suas operações, substancialmente, mediante transferências de recursos consignados no Orçamento do Estado de Minas Gerais.

A estrutura da empresa consiste na sede em Belo Horizonte, cinco unidades regionais, e vinte e três campos experimentais. Há também dois institutos de ensino técnico profissionalizante: o Instituto de Laticínios Cândido Tostes, em Juiz de Fora, e o Instituto Técnico de Agropecuária e Cooperativismo, em Pitangui.

Em parceria com instituições públicas e privadas, a EPAMIG desenvolve pesquisas que contemplam interesses do setor agropecuário através de pesquisas em: Agroenergia (cana-de-açúcar, girassol, macaúba, mamona e pinhão-manso), aquicultura, biotecnologia, cafeicultura, floricultura, fruticultura, grandes culturas (arroz, feijão, soja, trigo, milho), olericultura, processamento agroindustrial (leite, azeitona, uva, frutas), produção animal, silvicultura e meio ambiente.

Muitas das tecnologias levadas pela EPAMIG aos agricultores são frutos de esforço interinstitucional, executadas em parceria com diversas instituições de ensino e pesquisa, em âmbito federal e estadual, bem como, com a iniciativa privada.

Com o propósito de contribuir para o amadurecimento e para o aperfeiçoamento dos mecanismos de Governança, Controles Internos e Riscos da EPAMIG, referentes à execução das metas físicas pactuadas no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG, atreladas às receitas arrecadadas e à execução das despesas previstas no planejamento anual que compõe a Lei Orçamentária Anual - LOA, a Diretoria Executiva da EPAMIG, por meio da Diretoria Administrativa e Financeira, deu início às tratativas internas durante o exercício de 2019, na busca de uma ferramenta de gestão, que além de produzir relatórios gerenciais, pudesse proporcionar o acompanhamento do desempenho das metas físicas e financeiras de forma mais efetiva e pontual, no intuito de auxiliar nas decisões de cunho administrativo/financeiro e ainda, proporcionar uma atuação preventiva frente às anomalias por ventura identificadas.

Nesse contexto, foi implantado na EPAMIG durante o exercício de 2020, por meio da Deliberação nº 810 de 20 de junho, a ferramenta de acompanhamento e monitoramento da execução das metas físicas orçamentária e financeira, denominada Sistema de Gestão Integrada - SGI.

Sua concepção é baseada no ciclo PDCA (do inglês: **PLAN – DO – CHECK – ACT** ou Adjust) é um método iterativo de gestão de quatro passos, que tem na sua essência o acompanhamento sistemático da execução das metas físicas e financeiras em relação ao que foi planejado, permitindo agir corretivamente em tempo hábil.

Em outubro/2021, foi implementada a versão SGI-WEB que permite o cadastro de todas as metas físicas e financeiras em substituição à planilhas possibilitando maior confiabilidade dos dados inseridos, melhor acompanhamento e aumento na transparência no planejamento das metas físicas e financeiras da Empresa.

Com o amadurecimento da ferramenta SGI constatou-se os seguintes impactos na gestão da empresa:

- A) Acompanhamento sistemático sobre o cronograma das compras com objetivo de verificar se estão sendo concluídas em suas respectivas épocas corretas e adequadas, em sintonia com o planejamento e por consequência com as principais atividades dos campos experimentais, como por exemplo: insumos na hora correta para o plantio;
- B) O amadurecimento do processo de planejamento das unidades, contribuindo para previsibilidade da execução das anual das atividades, contribuindo para tomada de decisões mais assertivas;
- C) Identificar os desvios das metas físicas e financeiras visando promover correções em tempo hábil;
- D) Viabilizar a atuação de forma pontual em situações de distanciamento entre o planejado analisando as justificativas reportadas e os planos de ação com vistas a correção das variações;
- E) Levantar as necessidades de melhorias da estrutura da empresa (reformas, manutenções, aquisições, etc.) e de pessoal que dificulta o cumprimento das metas;
- F) Promover a transparência das ações referentes aos recursos aplicados na empresa;
- G) Melhorar a visualização dos resultados da empresa por meio de gráficos e relatórios;
- H) Aumentar o envolvimento entre as equipes em função do Ranking mensal que pontua e classifica as filiais;
- I) Melhoria significativa dos registros de documentos de forma tempestiva, diminuindo os riscos com descumprimento de prazos legais.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas pelo Departamento de Gestão e Finanças, analisadas pela Auditoria Interna para emissão de Relatório de Auditoria, sendo submetidas ao Conselho Fiscal para apreciação e deliberação, em reunião ocorrida em 13/04/2022, e emissão de parecer.

MISSÃO

A empresa tem como missão apresentar soluções e inovações tecnológicas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, em benefício da sociedade.

VALORES

Os valores expressam a singularidade da Empresa através do conjunto de princípios éticos.

Os valores da EPAMIG são: Inovação; Ética e transparência; Satisfação do Público; Credibilidade; Valorização e Respeito às Pessoas; Responsabilidade Social e Ambiental; Comprometimento Profissional e Eficiência.

DIRETORIA EXECUTIVA EPAMIG

PRESIDENTE

Nilda de Fátima Ferreira Soares

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Leonardo Brumano Kalil

DIRETOR DE OPERAÇÕES TÉCNICAS

Trazilbo José de Paula Júnior

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EPAMIG ATÉ 30/06/2021 (Decreto Estadual nº 48.192/2021) (*):

- Ana Maria Soares Valentini (Presidente do Conselho de Administração) – Secretária de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA (Membro nato)
- Nilda de Fátima Ferreira Soares – Presidente da EPAMIG (Membro nato)
- Celso Luiz Moretti – Presidente da EMBRAPA (Membro nato)
- Reginério Soares de Faria – Pesquisador da EPAMIG (Titular)
- João Ricardo Albanez – Superintendente de Abastecimento e Economia Agrícola– Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais– SEAPA (Suplente)
- Guilherme Henrique de Azevedo Machado - Gerente de Gestão de Pessoas do Instituto Mario Penna (Suplente)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EPAMIG A PARTIR DE 1º/07/2021 2021 (Decreto Estadual nº 48.191/2021) ():**

- Nairam Félix de Barros – (Presidente do Conselho de Administração) – Professor Eng.º Florestal Aposentado da UFV (Titular)
- Antônio Álvaro Corsetti Purcino– Pesquisador da Embrapa Gestor de Projetos Eng.º Agrônomo (Titular)
- Gladyston Rodrigues Carvalho Pesquisador da Epamig Eng.º Agrônomo (Titular)
- Otávio Martins Maia – Presidente da EMATER Especialista em Políticas Públicas e Gestão governamental – EPPGG (Titular)
- Silvana Maria Novais Ferreira Ribeiro – Superintendente SENAR/MINAS Eng.ª Agrônoma (Titular)
- Afonso Maria Rocha – Superintendente SEBRAE/MINAS Administrador (Titular)

CONSELHO FISCAL EPAMIG ATÉ 30/06/2021 (Decreto Estadual nº 48.192/2021) ():**

- Márcio Maia de Castro – Gerente do Departamento Técnico/DETEC – EMATER Minas Gerais (Titular)
- Giovanio Gilberto Lopes – Coordenador Técnico Estadual de Planejamento e Gestão – EMATER (Titular)
- Ernane Santos Lima – Assessor Técnico – Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais– SEAPA (Titular)
- Adriana Araújo Couto – SEAPA Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Suplente)
- Martinho Rodrigues da Silva – Assistente Administrativo II – EMATER (Suplente)
- Pedro D'Angelo Ribeiro – Coordenador de Núcleo – Núcleo de Gestão Ambiental – NGA – Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA (Suplente)

CONSELHO FISCAL EPAMIG A PARTIR DE 1º/07/2021 2021 (Decreto Estadual nº 48.191/2021) (**):**

- Alisson Maurílio Rodrigues Santos (Presidente do Conselho Fiscal) - Assessor Técnico Especial - SEAPA-MG (Titular)
- Camila Pereira de Oliveira Ribeiro - Diretora DPGF da FAPEMIG, Especialista em Políticas Públicas - FAPEMIG-MG (Titular)
- Francisco Antônio de Arruda Pinto - Servidor Público Aposentado da UFV-MG (Titular)
- Nicolas Pereira Campos Ferreira - Diretor de Planejamento, Orçamento e Logística e Gestor Público - SEAPA-MG (Suplente)

(*) O Conselho possuía 07 vagas de titulares e 04 vagas de suplentes, mas somente 04 vagas de titulares e 02 de suplentes estavam preenchidas até 30/06/2021;

(**) O Conselho possui 06 vagas de titulares e todas estavam preenchidas até 31/12/2021;

(***) O Conselho possuía 03 vagas de titulares e 03 vagas de suplentes e todas estavam preenchidas até 30/06/2021;

(****) O Conselho possui 03 vagas de titulares e 03 vagas de suplentes, mas somente 03 vagas de titulares e 01 de suplente estavam preenchidas até 31/12/2021;

<http://www.epamig.br/conselhos/>

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/1976, com as alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007, 11.941/2009, 14.030/2020 e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Lei 12.973/2014.

(b) Apuração do resultado

As receitas, despesas e os custos são contabilizados pelo regime contábil de competência de exercícios conforme determina a Lei 6.404/76 em seu Art. 177. As receitas de serviços são reconhecidas quando o valor da receita possa ser estimado com segurança, for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pela Entidade e a proporção dos serviços executados possam ser confiavelmente mensurados.

(c) Caixa, equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e de depósitos bancários à vista. Estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado. Incluem também aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias.

(d) Aplicações financeiras (Valores vinculados – projetos a realizar)

Referem-se às aplicações financeiras realizáveis há mais de 90 dias, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Sua movimentação reflete as entradas e saídas dos recursos destinados à execução dos Convênios e Projetos, das quais são registradas em conta específica para cada Convênio em contrapartida a conta do passivo (Nota explicativa nº 11). As receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras são registradas no passivo em conta específica dos Convênios.

(e) Contas a receber

São reconhecidas pelo regime de competência de exercício decorrente de faturamentos, deduzidos de provisões para perdas, exceto para os valores a receber de alunos e acordos.

(f) Estoques

- São demonstrados ao custo médio de aquisição, cujos valores são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.
- Os estoques de ativos biológicos e produtos agrícolas existentes são os seguintes:

Bovinos, e outros – Estes estoques estão mensurados a valor justo. O valor justo é determinado com base no preço de mercado dos ativos de acordo com a idade, raça e qualidades genéticas similares.

Produtos agrícolas - São demonstrados ao valor justo. O valor justo é determinado com base no preço de mercado ao final da colheita.

(g) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da correspondente depreciação que é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos bens. Em 2021 houve a reclassificação de animais registrados na conta de Estoques em anos anteriores para Imobilizado Biológico (Nota Explicativa nº 8).

(h) Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de realização ou dos depósitos efetuados, incluindo, conforme aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

(i) Fornecedores

Compreende as obrigações junto a fornecedores pela aquisição de serviços e materiais utilizados nas atividades operacionais.

(j) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

(k) Provisão para contingências

Uma provisão é contabilizada quando a Empresa possui uma obrigação constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias.

(l) Ajuste a valor presente

Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes, ou seja, de realização.

(m) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativas e suposições, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos para os períodos informados, principalmente com relação a *i)* perda estimada para créditos de liquidação duvidosa - PCLD de valores a receber, *ii)* provisões tributárias, trabalhistas e judiciais, *iii)* depreciações e amortizações e *iv)* outras obrigações.

(n) Imposto de renda e contribuição social

A EPAMIG é optante pelo Lucro Real como regime de tributação, através de apuração mensal por balanço de suspensão/redução. Neste caso, o Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nos resultados apurados cumulativamente até o final de cada mês de apuração, ajustados por adições e exclusões a este resultado e sobre o qual são aplicadas alíquotas vigentes, sendo 15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$20.000 por mês para o imposto de renda, mais 9% para a contribuição social calculada sobre o lucro até então apurado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	1.181.363,28	90.864,35
Aplicações Financeiras (a)	15.354.484,95	12.648.358,30
	16.535.848,23	12.739.222,65
Bancos Conta - Convênios	0,00	9.381,62
Aplicações Financeiras - Convênios (b)	3.521.376,67	6.373.465,38
	3.521.376,67	6.382.847,00
TOTAL	20.057.224,90	19.122.069,65

O saldo da Conta – Convênios refere-se a recursos financeiros vinculados a projetos que se destinam a suportar os gastos específicos de convênios firmados pela EPAMIG.

(a) Referem-se a aplicações de recursos livres de vinculação, representadas substancialmente por valores mantidos em fundos de bancos de primeira linha e classificadas desta forma por estratégia financeira da EPAMIG. O saldo de 2021 foi impactado pelo recebimento de recursos que o Estado repassou para a Epamig para pagamento de salários de dezembro, para pagamento no 5º dia útil de janeiro 2022, que foram repassados ainda dentro do exercício de 2021, similarmente a 2020 e também devido ao recebimento de recurso recebido do Tesouro Estadual a título de "venda da folha de pagamento", no valor de R\$ 2.576.515,00.

(b) Referem-se a aplicações dos recursos financeiros vinculados a convênios que se destinam a suportar os gastos específicos de convênios firmados pela EPAMIG. As receitas financeiras provenientes de tais equivalentes de caixa são reinvestidas nos próprios projetos. A queda no saldo em 2021 foi reflexo de maiores execuções de convênios durante o exercício e também por devolução de saldos de convênios. Em meados de 2021 a EPAMIG, na figura de seus representantes legais, buscou negociar a prorrogação dos convênios devido a dificuldades alheias a gestão da empresa. Entretanto, as respectivas prestações de contas dos convênios foram devidamente enviadas e algumas delas já encontra-se aprovadas (Nota 11). Dentre as devoluções destacam-se:

Conveniente: R\$ 1.566.594,18

R\$ 696.576,59	Convênio 776811/2012;
R\$ 511.635,48	Convênio 797473/2013;
R\$ 343.755,77	Convênio 793702/2013;
R\$ 14.626,94	Convênio 879063/2018;

Concedente: R\$ 38.493,62

R\$ 298,58	Convênio 879063/2018;
------------	-----------------------

R\$ 38.195,04

Convênio 793702/2013.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cientes	845.425,52	1.225.808,36
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa (a)	<u>-407.331,04</u>	<u>-477.196,22</u>
	438.094,48	748.612,14
Recursos a Receber do Tesouro Estadual (b)	0,00	156.517,41
	0,00	156.517,41
TOTAL	<u>438.094,48</u>	<u>905.129,55</u>

A queda dos valores de clientes se deu em virtude de maiores conciliações de adiantamentos recebidos para realização de eventos que estão sendo baixados em confronto com as notas fiscais com mais agilidade em 2021 devido a maior proximidade e interação das áreas da Assessoria de Negócios Agropecuários (ASAGRO) e Departamento de Gestão e Finanças (DPGF).

(a) Referem-se ao Registro de Provisão para Liquidação Duvidosa (PCLD) que são expectativas de perdas de ativos devido à inadimplência de alguns clientes. Foram mantidos em saldo valores ajuizados e foram baixados, na Conta Clientes, aqueles títulos incobráveis ou prescritos. No exercício de 2021 a Epamig vem adotando novas políticas de cobranças. A Deliberação 846 publicada em 2021 formalizou internamente os procedimentos para recuperação de valores a receber em atendimento à recomendação da Auditoria Externa em seus trabalhos de verificações.

No exercício de 2020, a empresa logrou êxito em ação judicial do processo judicial nº 5017995-65.2019.8.13.0024 de títulos em aberto referente aos exercícios de 2015 e 2016 e foram recebidas desde então 18 das 20 parcelas de negociação, sendo 6 parcelas em 2020 e 12 parcelas em 2021. O valor principal foi de R\$ 55.492,38 e o valor acordado foi de R\$ 106.846,84. Registra-se nesta conta o valor principal. Os juros foram reconhecidos em conta de receita financeira.

(b) Referem-se ao saldo a receber do Tesouro Estadual. Decorre da Subvenção Governamental para custear as despesas da EPAMIG com Folhas de Pagamentos, Encargos Sociais e Programa de Desligamento Voluntário – PDV que foram recebidos em sua totalidade ainda dentro do exercício de 2021.

5. ESTOQUES

No exercício de 2021 a Empresa obteve, aumento nos estoques em função do crescimento da produção e da valorização dos produtos agropecuários, dentre eles destacam-se animais e leite. Estrategicamente e com acompanhamento do Sistema de Gestão Integrada (SGI), que se constitui em uma das novas ferramentas gerenciais, a empresa manteve os estoques de café aguardando o melhor momento comercial. Materiais classificados como matérias primas e uso/consumo apresentaram aumento devido a processos de compras que foram finalizados ao final do exercício, provocando acréscimo no saldo.

		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Matéria Prima	(a)	4.890.821,25	4.160.551,95
Material de Uso e Consumo		641.725,85	623.035,54
Produtos Acabados		2.348.378,34	2.788.533,40
Animais	(b)	7.593.043,61	6.401.429,09
TOTAL		<u>15.473.969,05</u>	<u>13.973.549,98</u>

- (a) Registra-se os estoques de produtos agropecuários originados das culturas mantidas pela EPAMIG, como por exemplo, café, cereais, sementes, mudas e outros. Além de outros insumos e materiais de embalagem da sede e das unidades. Esses produtos são oriundos de projetos de pesquisas da EPAMIG, resultando em produtos melhorados.
- (b) O Estado de Minas Gerais tem grande vocação para o rebanho leiteiro e, atualmente, é o maior produtor de leite no país. Aproveitando dessa vantagem, a EPAMIG desenvolve pesquisas de melhoramento genético de bovinos, entre outros animais. Um caso de sucesso é a produção do F1HZ, animal do cruzamento Zebu/Holandês, resultando em vacas leiteiras e machos para corte.

Os estudos da EPAMIG nos animais resultaram em um excelente ganho de peso e alcançaram condições de abate em idade precoce. A EPAMIG, no intuito de recuperar os investimentos de estudo no rebanho, realiza venda de animais para produtores rurais, através de editais públicos.

Os Estoques são atualizados mês a mês tendo como base o valor da arroba. Percebe-se o reflexo de valorização da arroba em torno de 22,67%, pois em dezembro de 2021 a arroba fechou em R\$ 303,00 e em dezembro de 2020 foi cotada a R\$ 247,00.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

O saldo de R\$ 47.879,89 em 31/12/2021 referem-se a créditos da Empresa. Dentre eles destacam-se a execução do bloqueio judicial do processo nº 0010700-47.2019.5.03.0006.

7. RECURSOS A RECEBER DO ESTADO - CERES

A conta tem origem no compromisso que a EPAMIG possui junto ao Plano de Previdência Complementar dos funcionários (Nota 15). O valor contabilizado representa os recursos que serão repassados pelo Tesouro Estadual destinados a custear a contribuição patronal devida pela EPAMIG. A redução da provisão de 2020 para 2021, no longo prazo, ocorre devido a amortização do saldo devedor, do contrato. Em 2021 houve a restituição de R\$ 42.411,89 da CERES para a EPAMIG em função de desconto patronal dos empregados do plano salgado.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Recursos a Receber do Estado - Ceres - CP	1.397.946,32	1.308.991,28
Recursos a Receber do Estado - Ceres - LP	3.028.883,61	4.145.139,00
TOTAL	<u>4.426.829,93</u>	<u>5.454.130,28</u>

8. IMOBILIZADO

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção. As atualizações monetárias foram reconhecidas até 31 de dezembro de 1995. As depreciações foram calculadas pelo método linear, sendo consideradas as taxas que descrevem o tempo de vida útil econômica do bem. Portanto, o imobilizado, em 31 de dezembro de 2021, é assim demonstrado:

	Saldo Inicial 31/12/2020	Entradas (*)	Saídas (**)	Saldo Final 31/12/2021 (a)	IPC/BTNF (***) (b)	%	DEPRE ACUM. (c)	IMOB LÍQUIDO (a + b - c)
Terrenos	1.888.052,51	0,00	0,00	1.888.052,51	851.012,54		0,00	2.739.065,05
Edifícios, Benfeitorias e Instalações	13.495.918,43	354.536,68	-205.690,22	13.644.764,89	69.718,84	4%	-11.187.964,90	2.526.518,83
Máquinas e Equipamentos	12.623.825,76	131.077,55	0,00	12.754.903,31	0,00	10%	-11.649.612,78	1.105.290,53
Computadores e Periféricos	1.932.843,46	114.816,00	0,00	2.047.659,46	0,00	20%	-1.897.661,39	149.998,07
Moveis e Utensílios	1.022.953,75	13.438,00	0,00	1.036.391,75	0,00	10%	-897.899,86	138.491,89
Veículos	5.020.760,09	0,00	0,00	5.020.760,09	0,00	20%	-4.865.284,90	155.475,19
Biblioteca, Mapoteca, Discoteca	63.335,32	0,00	0,00	63.335,32	0,00	10%	-62.879,85	455,47
Ativo Biológico	0,00	223.551,68	0,00	223.551,68	0,00	20%	-124,22	223.427,46
OBRAS EM ANDAMENTO	108.135,11	205.690,23	-308.535,34	5.290,00	0,00		0,00	5.290,00
IMOBILIZADO TOTAL	36.155.824,43	1.043.110,14	-514.225,56	36.684.709,01	920.731,38		-30.561.427,90	7.044.012,49

(*) Entradas = Registram-se aquisições, transferências entre grupos de contas e entre filiais

(**) Saídas = Registram-se baixas por vendas, perdas, transferências entre grupos de contas e entre filiais

(***) Diferença de IPC/BTNF - Lei 8.200/1991

920.731,38

Edifícios, Benfeitorias e Instalações - Destaca-se em 2021 o valor de R\$ 148.846,46 sendo R\$ 102.845,11 referente a obra de ampliação e reforma do auditório do centro de capacitação no campo Experimental do Vale do Piranga e R\$ 46.001,34 referente a reforma do Curral São João Del Rey.

Máquinas e Equipamentos – Destaca-se em 2021 o valor de R\$ 114.816,00 para aquisição de 16 notebooks, com fonte de recursos de Emenda Parlamentar.

Obras em Andamento - Destaca-se em 2021 R\$ 102.845,12 o valor reclassificado para a conta Benfeitorias em Propriedade de Terceiros, após o recebimento do Termo de Encerramento da Obra da empresa Lessa Engenharia LTDA ME.

Ativos Biológicos – Reclassificação de animais da conta de Estoques para a conta Ativos Biológicos, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	MÉDIA @	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)
NOVILHA ACIMA 36 MESES - GIR PO	12	19	66.223,17
VACA - GIR PO	13	32	125.131,52
TOURO - GIR PO	15	7	32.196,99
TOTAL	40	58	223.551,68

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e Encargos Sociais a Pagar	5.504.444,84	5.540.280,75
Provisões para Férias + Encargos	8.335.497,31	8.182.089,69
TOTAL	13.839.942,15	13.722.370,44

A conta Salários e Encargos Sociais representam os valores a pagar de salários que são provisionados em regime de competência e pagos no 5º dia útil do mês subsequente e de encargos pagos em seus respectivos prazos de vencimentos.

A provisão para férias é constituída mensalmente em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridos e proporcionais dos colaboradores acrescidos dos respectivos encargos sociais.

10. TRIBUTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ICMS / IPI / FEM a Recolher	14.289,98	6.234,97
IRRF a Recolher	1.115.349,25	1.092.070,62
PIS a Recolher	5.830,27	3.538,27
COFINS a Recolher	27.483,68	16.309,07
IRPJ a Recolher	622.686,05	585.871,33
CSLL a Recolher	236.674,37	218.869,57
INSS a Recolher	6.449,07	8.726,98
PIS COFINS e CS Retidos a Recolher	3.894,08	5.017,70
Tributos Municipais a Recolher	6.137,81	6.089,54
TOTAL	2.038.794,56	1.942.728,05

Compreende as obrigações da EPAMIG com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições vencíveis até o final do exercício seguinte. As contas de Pis a Recolher, Cofins a Recolher e ICMS / IPI/ FEM a recolher são conciliadas mensalmente e seus respectivos saldos estão compatíveis com as metodologias fiscais e obrigações acessórias. A Evolução dos saldos de IRPJ a Recolher e CSLL a Recolher refletem as melhorias nos resultados alcançados em 2021 com apuração pelo Lucro Real, tendo suas estimativas balizadas pelos resultados contábeis auferidos.

11. CREDORES POR CONVÊNIOS

Destaca-se em 2021 uma maior e crescente execução de todos os convênios de maneira geral. Destacam-se os de maiores relevâncias financeiras abaixo descritos:

		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Embrapa 793702/2013	a	0,00	557.991,40
Embrapa 776811/2012	b	0,00	1.622.398,20
Embrapa 797471/2013	c	0,00	706.511,38
Incra 839555/2016	d	968.005,30	951.329,10
Embrapa 888689/2019	e	469.603,83	655.146,12
Outros Convênios	f	2.092.537,60	1.905.371,40
TOTAL		3.530.146,73	6.398.747,60

Os recursos dos convênios tem como objetivo:

(a) Convênio 793702/2013 – EMBRAPA CAFÉ - CUSTEIO 2013: Geração de informações, tecnologias e promoção de atividades de difusão e transferência de tecnologia para o desenvolvimento do agronegócio café em consonância com Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café - PN&D-Café. Finalizou em 31/08/2021 e está com a prestação de contas em análise.

(b) Convênio 776811/2012 – EMBRAPA OEPAS 2012: Recuperar e modernizar a infraestrutura da Fazenda Experimental Sertãozinho para a realização de pesquisas nas áreas de zootecnia, veterinária e de gestão em produção de leite com gado mestiço. Finalizou em 31/08/2021 e está com a prestação de contas aprovada;

(c) Convênio 797471/2013 EMBRAPA: Recuperar e modernizar a infraestrutura da Fazenda Experimental Sertãozinho para a realização de pesquisas nas áreas de zootecnia, veterinária e de gestão em produção de leite com gado mestiço. Finalizou em 31/08/2021 e está com a prestação de contas aprovada;

(d) Convênio 839555/2016 - INCRA: Realizar Curso Técnico em Agropecuária Subsequente - Pedagogia da Alternância, para atender jovens e adultos oriundos da Reforma Agrária. Em virtude da Pandemia COVID-19, o convênio foi recentemente retomado e tem previsão de conclusão em 20/12/2022;

(e) Convênio 888689/2019 - EMBRAPA CUSTEIO 2019: Desenvolver soluções tecnológicas para a inovação da cafeicultura do estado de Minas Gerais, a partir de estudos científicos focados em atender as demandas do Consócio Pesquisa Café, refletidas nos desafios de inovação: 01- “Melhoramento focado em qualidade e resistência a fatores bióticos e abióticos”, 02- “Fortalecimento dos bancos ativos de germoplasma das Instituições do Consócio Pesquisa Café”, 03 – “Adaptabilidade e estabilidade de produção de cultivares para indicação em microrregiões produtoras”, 04 – “Racionalização e otimização do uso da água”, 05 - “Serviços ambientais relacionados às mudanças climáticas e sistemas de produção de café” e 06 – “Cafeicultura de precisão”. A sua execução está regida pela Portaria Interministerial nº 424/2016.

(f) Outros Convênios: O saldo da conta reflete a junção de outros convênios mostrando-se em destaque o convênio 858773/2017 - MAPA CAFÉ CONILON cujo objeto é a Expansão do Café Conilon na Região Leste do Estado de Minas Gerais - Houve maior execução de processos de compras neste convênio e já ocorreu inclusive o plantio de experimentos nos Campos Experimentais. Demais convênios e contratos de repasse em andamento que compõem o saldo da conta, são: 879063/2018 - MAPA, 835103/2016 - EMBRAPA CAFÉ CUSTEIO 2016, 836846/2016 - EMBRAPA ILCT, 775404/2012 - MAPA Piscicultura, 840051/2016 - MAPA Oratórios, 878402/2018 - SUDENE 2018, 892981/2019 - SUDENE 2019, 903996/2020 - SUDENE 2020, 839555/2016 - INCRA, 901234/2020 - MAPA e 901772/2020 - MAPA.

12. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

A Epamig não apresentou saldos ou novos ingressos de parcelamentos tributários no exercício de 2021.

13. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

O saldo da conta Outros Passivos Circulantes é a soma das contas Credores Diversos e Parcelamento de Ações Judiciais.

Em 2021 o saldo apresentado foi de R\$ 884.217,73 e em 2020 de R\$ 571.130,24. A variação provocada na Conta Credores Diversos foi devido a reclassificação contábil do registro do Recurso do Pró-Pequi no valor de R\$ 504.098,67.

Em 2021 foram pagos na totalidade os parcelamentos de Ações Judiciais dos Processos Trabalhistas nº 0001855-17.2010.5.03.0111 e nº 0002201-31.2011.503.0111 do reclamante SINTAPPI-MG. No exercício de 2020 houve a Negociação judicial Trabalhistas dos seguintes processos: nº 0001856-02.2010.5.03.0111 SINTAPPI-MG para pagamento em 10 parcelas, nº 50000400-62.2020.8.13.0042 para pagamento em 12 parcelas e nº 0010241-96.2019.503.0183 para pagamento em 6 parcelas, finalizados em 2021.

O saldo de R\$ 32.529,83 em 2021 refere-se a Provisão de sucumbência, processo nº 64486-83.1998.8.13.0209, dos Embargos à execução, processo nº 0064494-60.1998.8.13.0209 e dos respectivos pagamentos dos honorários de sucumbência.

PARCELAMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS	31/12/2021	31/12/2020
Proc. 1856/2010 SINTAPPI - MG	0,00	100.483,14
Proc. 400/2020 SINTAPPI - MG	0,00	6.500,00
Proc. 10241/2019 Evandro O. Santos	0,00	117.800,69
Ação Cível 6448-6/98 e 6449-4/98 AGE MG	32.529,83	0,00
TOTAL	32.529,83	224.783,83

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os processos de natureza cível e trabalhista em que a EPAMIG figura como Ré, são avaliados pela área jurídica e classificados, de acordo com o grau de risco de perda para a empresa, como perda remota, possível e provável, conforme NBC T 19.7 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Resolução CFC 1.180 de 2009. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- Perda provável = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa
- Perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa
- Perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa

Perdas Prováveis – Provisionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Contingências Cíveis	1.369.023,04	2.579.798,44
Contingências Trabalhistas	11.779.633,90	10.844.495,66
TOTAL	13.148.656,94	13.424.294,10

Contingências Cíveis: Do saldo de R\$ 1.369.023,04 apresentado registra-se a ação movida pelo Ministério Público 73265/15 no valor de R\$ 1.000.000,00

Contingências Trabalhistas: Do saldo de R\$ 11.779.633,90 apresentado registra-se a ação movida pelo Senge/MG 1981/10 no valor de R\$ 7.283.872,70.

Perdas Possíveis – Não Provisionadas

Em 31/12/2021, do total estimado de R\$ 1.271.746,54 que foram avaliados como risco de perda possível, consideram-se cinco processos judiciais trabalhistas estimados em R\$ 308.637,45 e três processos judiciais cíveis estimados em R\$ 963.109,09.

Assim, as causas trabalhistas correspondem predominantemente a ações judiciais demandadas por ex-empregados e empregados vinculados à empresa ou terceirizados e as causas cíveis, revelam maior vinculação com a natureza da atividade exercida pela companhia.

15. OUTRAS PROVISÕES - CERES

A EPAMIG, de acordo com as suas políticas de benefícios a empregados, é uma das patrocinadoras da CERES - Fundação de Seguridade Social, que concede suplementações de aposentadoria em relação aos da Previdência Social.

Em 2021 a EPAMIG na qualidade de Patrocinadora, após receber os relatórios e parecer da Empresa Vesting, devidamente assinados pelos Atuários responsáveis, atualizou em seu Passivo o valor da obrigação que possui junto a Ceres relativa ao Plano Saldado da Previdência Complementar, nos termos do Contrato Especial de Parcelamento de Compromisso, assinado em 07/2007, mediante aprovação da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais, conforme OF CCGPGF 025/2007 de 02 de abril de 2007.

Os registros são realizados em conformidade com o parecer da Empresa Vesting que tem por objetivo apresentar as considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epamig Básico, Plano Epamig-FlexCeres e do Plano Epamig Saldado, todos administrados pela CERES – Fundação de Seguridade Social. A avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CPNC) nº 30, de

10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Os Planos de Custeio, de cada Plano de Benefícios da CERES, propostos nos pareceres das Avaliações Atuariais posicionadas em 31/12/2021, foram aprovados pelo Conselho Deliberativo da CERES, com vigência a partir de 01/04/2022.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ceres Parcelamento Plano Básico - CP	1.397.946,32	1.308.991,28
Ceres Parcelamento Plano Básico - LP	3.028.883,61	4.145.139,00
TOTAL	4.426.829,93	5.454.130,28

16. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPAMIG, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 31.600.000,00 dividido em 20 milhões de quotas integralizadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER, empresa pública estadual, com sede em Belo Horizonte, conforme demonstrado a seguir:

	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VR NOMINAL</u>	<u>TOTAL</u>	<u>%</u>
Governo do Estado de Minas Gerais	19.998.000	1,58	31.596.840,00	99,99%
Emater	2.000	1,58	3.160,00	0,01%
TOTAL	20.000.000		31.600.000,00	100,00%

17. RESERVAS DE LUCROS

A Reserva de Lucros está composta pelos valores decorrentes de doações feitas pelo Poder Público para investimentos. Em consonância com o Art. 30 da Lei 12.973/2014, as doações feitas pelo Poder Público, reconhecidas no resultado com observância das normas contábeis, não serão computadas na determinação do lucro real, desde que registradas em reserva lucros a que se refere ao Art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, assim descrito:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Reservas de Lucros	12.245.680,13	12.245.680,13

Para a constituição de Reserva de Lucros, conforme disposto no Art. 30 da Lei 12.973/2014, a pessoa jurídica deverá recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Em 2021 não foram recebidas Doações do Poder Público assim demonstrado:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de Doações do Poder Público	0,00	0,00

Do total de doações do Poder Público recebidas em 2019 no valor de R\$ 277.578,06, R\$ 59.835,37, foi constituída em 2019 como Reservas de Lucros somando-se aos valores de doações do Poder Público de 2017 e 2018, em observância ao limite do Lucro apurado no Exercício de 2019. A parcela restante no valor de R\$ 217.742,69 foi constituída em 2020 como Reservas de Lucros, em observância ao limite do Lucro apurado no Exercício de 2020. Em 2021 não foram constituídas Reservas de Lucros, demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Constituições de Reservas de Lucros	0,00	217.742,69

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Destaca-se em 2021 uma melhor valorização dos produtos agropecuários e animais no mercado interno o que proporcionou maior incremento de receita no período. A Receita de Serviços aumentou devido a consolidação dos eventos e feiras em formato virtual. Devido à Pandemia COVID-19 as feiras da Expocafé, Minas Láctea, Azeitech, Palmatec e Controle Biológico foram realizadas em formato on-line o que proporcionou nova remodelagem dos eventos iniciados em 2020 e aperfeiçoados em 2021.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita com Venda de Produtos	7.260.093,90	5.166.314,65
Receita com Venda de Animais	1.918.651,89	1.783.820,87
Receita com Venda de Serviços	1.124.655,57	582.066,99
	10.303.401,36	7.532.202,51
DEDUÇÕES DA RECEITA		
Devoluções, Cancelamentos e Descontos	-55.836,16	-57.974,10
ICMS, IPI, FEM	-67.973,90	-68.731,70

ISSQN	-13.280,75	-7.856,09
PIS	-94.912,67	-74.144,30
COFINS	-437.181,27	-341.513,70
	-669.184,75	-550.219,89
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.634.216,61	6.981.982,62

19. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Registra-se as baixas de estoques referentes, especificamente às vendas de produtos, resultado das pesquisas e dos experimentos da empresa. Os custos acompanharam o esforço para geração de receitas e estão assim descritos:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos Produtos Agropecuários	5.583.950,86	4.581.947,57
Custo das Revistas de Publicações	29.107,18	28.216,77
Custo dos Animais Vendidos	1.654.505,31	1.418.490,15
Custo dos Produtos Industrializados	173.649,92	251.021,55
Perdas de Produtos	221.862,64	303.304,04
TOTAL	7.663.075,91	6.582.980,08

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Registram-se neste grupo de despesas os gastos gerais pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa. São constituídos de várias atividades gerais que geram benefício para realização do objeto social da Empresa.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas com Pessoal	81.184.148,60	83.721.427,93
Material de Consumo	5.500.238,20	4.345.052,50
Serviços de Terceiros	4.195.788,85	3.669.958,79
Despesas Gerais	4.027.291,97	4.498.189,00
Depreciações e Amortizações	696.796,97	976.890,48
TOTAL	<u>95.604.264,59</u>	<u>97.211.518,70</u>

A redução da Despesa com Pessoal em 2021, reflete ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV). Os demais grupos de Despesas, demonstram os reflexos da Pandemia COVID-19. As despesas de material de Consumo aumentaram devido ao melhoramento na operacionalidade no processo de compras, trazendo agilidade e fluidez nos processos iniciados e finalizados dentro do período de 2021. A conta de Serviços de Terceiros aumentou devido a aprovação na Comitê de Orçamento e Finanças (COFIN) para contratação de serviços de Segurança, tratoristas, faxineiros, transporte para funcionários até algumas fazendas de difícil acesso, em compensação com as reduções financeiras provocadas pelo Programa de Desligamento Voluntário - DPV. As Despesas Gerais apresentaram queda devido aos reflexos do Programa de Desligamento Voluntário - DPV na redução das despesas com Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT e Vale Transporte do exercício de 2021 em relação ao exercício de 2020.

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Compõe este grupo as receitas recebidas pela EPAMIG para subsidiar as atividades da empresa, receitas recebidas por meio de repasse do Governo de Minas Gerais para custeio de folha de pagamento. No decorrer do exercício de 2021 foram recebidos recursos para fazer face aos pagamentos de negociações de processos trabalhistas. Também compõem o saldo desta conta os recursos recebidos de emendas parlamentares e doações do poder público. As Superveniências Ativas registram os aumentos de ativos decorrentes do nascimento de animais e a evolução deles e incorporações ao estoque de produtos agropecuários avaliados ao valor justo. As Outras Receitas Operacionais referem-se à Aluguéis, Internatos, Alojamentos, Doações de entidades privadas, dentre outras.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Transferências de Recursos do Estado	88.983.305,71	91.803.198,73

Doações do Poder Público	0,00	0,00
Recursos de Convênios Poder Público	179.263,22	265.454,08
Superveniências Ativas	12.323.855,21	10.777.967,08
Outras Receitas Operacionais	1.371.623,97	786.069,07
TOTAL	102.858.048,11	103.632.688,96

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Insubstitências Ativas	2.809.927,50	987.110,99
Perdas de Produtos	1.409,27	5.545,76
Perdas de Animais	367.769,62	248.198,73
TOTAL	3.179.106,39	1.240.855,48

As Insubstitências Ativas registram as diminuições de ativos decorrentes da avaliação de animais e de produtos agropecuários ao valor justo.

As Perdas de Produtos registram as diminuições de ativos decorrentes de perecimentos ou demais casos fortuitos.

As Perdas de Animais registram as diminuições de ativos decorrentes da morte e/ou desaparecimento de animais.

23. RESULTADO CONTÁBIL DO PERÍODO

O resultado contábil líquido em 31 de dezembro de 2021 foi um Lucro no valor de R\$5.007.961,48, enquanto no mesmo período do exercício de 2020 foi um Lucro de R\$3.383.372,50.

Os principais fatos que explicam a variação no resultado de um exercício para o outro são descritos abaixo:

- Recebimento de recurso recebido do Tesouro Estadual a título de "venda da folha de pagamento", no valor de R\$ 2.576.515,00;
- Recebimento de R\$ 446.855,61, referente a Emendas Parlamentares;
- Recebimento de R\$ 494.356,85 referente a repasse do Estado para pagamentos de ações trabalhistas;
- Recebimento de Recursos do Tesouro Estadual em 2021 para pagamentos de Safristas no

valor R\$ 1.412.362,58;

- Recebimento de Recursos do Tesouro Estadual em 2021 no valor de R\$ 218.010,80 referente a aprovações de recursos para contratação de empresa terceirizada autorizados através do Ofício Cofin n.º 0865/2020 para recebimento em 2021;
- Aumento da Superveniência de 2021 em relação a 2020 devido a Recuperação do valor de mercado no preço da arroba do gado, leite e café no valor de R\$ 1.545.888,13.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

Presidente
CPF 423.581.916-04

TRAZILBO JOSÉ DE PAULA JÚNIOR

Diretor de Operações Técnicas
CPF 862.417.537-20

LEONARDO BRUMANO KALIL

Diretor de Administração e Finanças
CPF 546.001.036-53

POLLIETTE ALCILÉIA LEITE

Chefe Dpto. de Gestão e Finanças
CRC-MG 080.300/O-7

LUCIANA PAULA XAVIER RIBEIRO

Chefe da Divisão Contábil Fiscal
CRC-MG 080.601/O-0



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS

Ateste de Demonstrativos Contábeis EPAMIG/DVCT nº. 36/2022

Belo Horizonte, 19 de abril de 2022.

ATESTES DE DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

ATESTES DE DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Atestamos para os devidos fins que o **Relatório das Demonstrações Financeiras da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais EPAMIG**, referente ao exercício de 2021, incluído no Processo SEI nº **3050.01.0000737/2022-22** com o documento nº 45247352, reflete a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da empresa.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

Presidente

CPF 423.581.916-04

TRAZILBO JOSÉ DE PAULA JÚNIOR

Diretor de Operações Técnicas

CPF 862.417.537-20

LEONARDO BRUMANO KALIL

Diretor de Administração e Finanças

CPF 546.001.036-53

POLLINETTE ALCILÉIA LEITE

Chefe Dpto. de Gestão e Finanças

CRC-MG 080.300/O-7

LUCIANA PAULA XAVIER RIBEIRO

Chefe da Divisão Contábil

CRC-MG 080.601/O-0



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Paula Xavier Ribeiro, Chefe de Divisão**, em 19/04/2022, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Trazilbo José de Paula Júnior, Diretor(a)**, em 19/04/2022, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Brumano Kalil, Diretor(a)**, em 19/04/2022, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nilda de Fátima Ferreira Soares, Presidente(a)**, em 20/04/2022, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Polliette Alciléia Leite, Chefe de Departamento**, em 20/04/2022, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **45264508** e o código CRC **D223C63D**.

Referência: Processo nº 3050.01.0000737/2022-22

SEI nº 45264508

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercício 2021

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG

Belo Horizonte/MG

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto ao apresentado nos parágrafos “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

A empresa possui culturas agrícolas formadas ao longo do tempo que são considerados ativos biológicos em conformidade com a determinação do CFC – Conselho Federal de Contabilidade, através de entendimentos da norma técnica NBCTG29(R2) – Ativo Biológico e Produto Agrícola, mas que não estão reconhecidas no ativo imobilizado. Não há evidências suficientes para demonstrar os investimentos feitos nestas culturas e que deveriam ter sido contabilizadas neste ativo quando da sua formação. Em função disso, o ativo não circulante está demonstrado a menor por valores que não puderam ser mensurados com reflexos correspondentes no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

Em data de 31 de dezembro de 2021, constam no balanço patrimonial da empresa a título de depósitos judiciais e recursais no Realizável a Longo Prazo, o montante de R\$ 490.738, entretanto nos registros informados pela Assessoria Jurídica constam outros depósitos não registrados como realizável a longo prazo no balanço naquela mesma data, ocasionando uma diferença a menor no valor de R\$ 1.255.557. Com a falta da ativação desses depósitos, o Realizável a Longo Prazo, o patrimônio líquido e o resultado do exercício encontram-se a menor naquele mesmo valor e data.

Até o encerramento e fechamento deste relatório do auditor, não tivemos a conclusão do levantamento individualizado da provisão de férias e os respectivos encargos sociais incidentes, para respaldo do saldo de R\$ 8.335.497 que vem se acumulando ao longo dos exercícios, nas “Obrigações Trabalhistas” no passivo circulante (nota explicativa no. 9). Diante disso, ficamos impossibilitados de opinar sobre os efeitos que deverão ocasionar, notadamente para menos, diante da redução do quadro de funcionários que a companhia vem registrando nesses exercícios, sem que fossem reconhecidas essas reduções na formação daquele montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados neste conjunto de demonstrações para fins de comparação, não foram auditados por nós nem por outros auditores independentes.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 11 de abril de 2022.



CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S
Auditores independentes
CRC/RN 0113/O

Olegário Mariano Prestrelo Marinho
Contador Responsável Técnico
CRC/PE nº 9702/O "T" RN



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

Conselho Fiscal

Parecer nº 1/EPAMIG/CONSELHO FISCAL/2022

PROCESSO Nº 3050.01.0000737/2022-22

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2021**

Cumprindo determinações constantes do Estatuto da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, examinamos o Relatório Financeiro de 2021, composto de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Financeiras, Composição do Capital Social, Composição da Receita e Composição da Despesa. Com base no Relatório de Auditoria nº 3050.0292.2022, referente ao 4º Trimestre e Exercício de 2021, elaborado pela Auditoria Interna da EPAMIG, datado de doze de abril de 2022, no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2021, datado de onze de abril de 2022 e no acompanhamento realizado por este Conselho, concluímos pela adequação técnica às normas legais vigentes dos documentos analisados, contudo, recomendamos adoção das medidas necessárias à verificação e ajuste ao apontamento apresentado no Relatório de Auditoria Interna referente aos Depósitos Recursais.

Neste sentido, este Conselho aprova as contas com ressalvas, em conformidade ao Relatório do Auditor Independente, pelo Conselho Administrativo.

Solicita-se, a título de acompanhamento e monitoramento, a apresentação da documentação comprobatória, na próxima reunião deste Conselho (1º trimestre/2022), a regularização da conta vinculada à XP Investimentos.

Belo Horizonte, 14 de abril de 2022.

Alisson Maurílio Rodrigues Santos
Membro Presidente

Francisco Antônio de Arruda Filho
Membro Titular

Nicolas Pereira Campos Ferreira
Membro Suplente



14/04/2022, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alisson Maurilio Rodrigues Santos, Conselheiro(a)**, em 14/04/2022, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nicolas Pereira Campos Ferreira, Diretor de Planejamento e Orçamento**, em 16/04/2022, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **45162942** e o código CRC **87CDF5E7**.



AGRICULTURA,
PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Av. José Cândido da Silveira, 1647 - União
CEP 31170-495 Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3489-5000 - www.epamig.br